

EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO



DIREITO

(E01, E06, E07, E08, E09, E10 E E11)



Tipo de Prova
3

Turno: MANHÃ

Nível: SUPERIOR

Duração da prova: 3h30min

É obrigatório marcar o tipo de prova no Cartão de Respostas para que sua prova seja corrigida. A não marcação resultará na não leitura do cartão, o que implicará na eliminação automática do(a) candidato(a) do Concurso Público.

TRANSCREVA, NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS, A FRASE ABAIXO PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO:

“Sonha e serás livre de espírito, luta e serás livre na vida.” (Che Guevara)

Você recebeu do Fiscal de Sala os seguintes materiais:

- O Cartão de Respostas, a Folha de Resposta e o Caderno de Questões. Verifique se os dados impressos no Cartão de Respostas e na Folha de Resposta estão corretos. Caso haja irregularidade, comunique-a imediatamente ao Fiscal de Sala.
- Este Caderno de Questões contém **50 QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA e 1 PROVA DE REDAÇÃO** distribuídas em **PÁGINAS NUMERADAS**. Ao terminar a conferência no Caderno de Questões, caso o mesmo esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao Fiscal de Sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
- Verifique se a prova recebida é do cargo correspondente ao que você se inscreveu.

Por motivo de segurança:

- Só é permitido o uso de caneta esferográfica fabricada em material transparente, preferencialmente de tinta preta.
- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova.
- O candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova.
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.
- Ao terminar a prova é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado e a Folha de Resposta desidentificado. Não se esqueça dos seus pertences.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas e a Folha de Resposta, devendo assinar a Ata de Fiscalização.
- O Fiscal de Sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do Coordenador Local.

ATENÇÃO:

- Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas e da Folha de Resposta, conforme estabelecido nos próprios.
- O Cartão de Respostas e a Folha de Resposta são personalizados, impossibilitando a substituição de ambos.
- O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do Cartão de Respostas e da Folha de Resposta.

BOA PROVA!

LÍNGUA PORTUGUESA

As questões 01 a 07 referem-se ao texto abaixo.

Pode parecer surpreendente, mas já na década de 1950, logo após a Segunda Guerra Mundial, alguns cientistas começaram a desenvolver estudos sobre um ramo da ciência da computação, hoje assunto dos mais discutidos, a Inteligência Artificial (IA). Em 1956, no evento Dartmouth College Conference, pesquisadores reconhecidos como “pais da área, como John McCarthy, Marvin Minsky, Alan Newell e Herbert Simon” determinaram pontos de referência que deram início a estudos e pesquisas “nesse fascinante domínio da Computação”, afirma Jaime Sichman, autor do artigo da revista *Estudos Avançados*. O artigo tem como intuito esclarecer as características da IA, as diferenças desta com a computação tradicional, como pode ser inserida nas sociedades, ressaltando, por um lado, os benefícios e, por outro lado, os riscos e danos possíveis que essa tecnologia pode ocasionar.

Para evitar as consequências negativas da IA, é preciso que se ponha em pauta a discussão apropriada sobre “produção, utilização e regulação” dessa tecnologia, salientando-se que assim se pode evitar errôneas definições e explicações que as mídias sociais divulgam normalmente sobre o assunto, o que gera oscilações entre grandes expectativas e investimentos e grandes frustrações e quase nenhum investimento. Porém, atualmente, as grandes expectativas são justificadas pelo barateamento do custo de processamento e de memória, a presença “de novos paradigmas, como as redes neurais profundas”, e a existência de poderosos instrumentos de captação e divulgação de dados cujo montante na internet é assombroso. Ao invés de definir a IA, o artigo busca estabelecer quais as finalidades e propósitos dessa área intrigante.

Estudiosos definiram que “o objetivo da IA é desenvolver sistemas para realizar tarefas que, no momento, são mais bem realizadas por seres humanos que por máquinas” ou tarefas para as quais não há solução pela computação convencional que utiliza algoritmos, os quais são passos definidos e exatos para a execução de uma tarefa, como seguirmos uma receita de bolo, por exemplo. Porém, quando os passos a serem seguidos não são exatos, como na escolha de um pacote de turismo: quem garante a melhor opção: “Deve-se escolher primeiro o voo ou o hotel? Quais datas teriam um custo menor?”, aí o indivíduo, e não a máquina, funciona melhor, pois nós, os humanos, somos quem observa e escolhe os critérios para soluções e o efeito dessas escolhas. Com base nessa constatação, a Inteligência Artificial se mune cada vez mais de técnicas avançadas da tecnologia para resolver questões complexas.

Quando se refere à “interação humano-agente”, o autor explica a relação entre a pessoa humana e os recursos da IA, na qual os efeitos positivos se realizam “diferentemente dos métodos convencionais em que as pessoas se adaptem e se ajustem aos elementos técnicos”. Hoje, as sociedades se beneficiam dos recursos possibilitados pela IA, como os serviços bancários, auxiliando a pessoa em tomada de decisões, e os sistemas centrais de atendimento que estabelecem uma conexão entre empresas e consumidores, tomados como exemplos. Ao mesmo tempo, não se pode esquecer de como se deve proceder e aplicar esses recursos da IA com responsabilidade e ética, prevendo benefícios e danos de âmbito social. “Assim, um grande desafio é incorporar tais normas e valores em sistemas de IA”, alerta o autor.

SICHMAN, J. S. Inteligência Artificial e sociedade: avanços e riscos. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 35, n. 101, p. 37-50, 2021. ISSN: 0103-4014. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35101.004>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/wp/noticias/inteligencia-artificial-na-sociedade/>. Acesso em: 23 abr. 2026.

Questão 1

No trecho: “...como seguirmos uma receita de bolo, por exemplo.”, o signo linguístico “bolo” é composto por um significante (a forma sonora ou escrita) e um significado (o conceito do alimento). De acordo com a teoria de Ferdinand de Saussure, sobre a natureza do signo linguístico no texto, assinale a alternativa correta:

- (A) A relação entre o significante /b-o-l-o/ e o conceito de “massa cozida e doce” é motivada pela semelhança física entre a palavra e o objeto.
- (B) O signo “bolo” é imutável ao longo dos séculos, não sofrendo variações linguísticas em nenhuma hipótese histórica.
- (C) A arbitrariedade do signo linguístico explica por que o conceito de “bolo” pode ser representado por diferentes significantes em outras línguas (como “cake” em inglês).
- (D) O significado de “bolo” no texto refere-se exclusivamente à marca gráfica impressa no papel ou na tela.
- (E) O signo linguístico funciona de forma isolada, não dependendo do contexto da frase para estabelecer seu valor dentro do sistema da língua.

Questão 2

Analise o seguinte período extraído do texto “Inteligência Artificial e sociedade: avanços e riscos”: **“Ao invés de definir a IA, o artigo busca estabelecer quais as finalidades e propósitos dessa área intrigante.”**

Sobre a estrutura sintática deste período, é correto afirmar que:

- (A) Trata-se de um período composto por coordenação, onde as orações são independentes entre si.
- (B) A primeira oração (**“Ao invés de definir a IA”**) possui valor adverbial e indica uma ideia de substituição ou oposição.
- (C) A oração **“quais as finalidades e propósitos dessa área intrigante”** exerce a função de sujeito do verbo “estabelecer”.
- (D) O período é simples, pois apresenta apenas uma ideia central sobre a definição da Inteligência Artificial.
- (E) A conjunção **“e”** liga duas orações subordinadas de naturezas distintas, classificando o período como misto.

Questão 3

No último parágrafo, o autor utiliza os verbos “adaptar” e “ajustar” no seguinte trecho: **“...em que as pessoas se adaptem e se ajustem aos elementos técnicos”**. Com base nas normas de regência verbal da língua padrão, assinale a alternativa correta:

- (A) O verbo **“adaptar-se”**, no contexto, exige a preposição **“a”**, que se funde com o artigo **“os”**, resultando na contração **“aos”**.
- (B) Caso o autor substituísse **“elementos técnicos”** por **“tecnologia”**, a regência exigiria o uso do acento indicativo de crase: **“se adaptem à tecnologia”**.
- (C) O verbo **“ajustar”**, neste trecho, é transitivo direto e não deveria estar acompanhado de preposição.
- (D) A regência verbal de **“se beneficiam”** (presente em: **“as sociedades se beneficiam dos recursos”**) está incorreta, pois o verbo beneficiar-se exige a preposição **“com”**.
- (E) Na frase **“o autor explica a relação”**, o verbo **“explicar”** é transitivo indireto, exigindo obrigatoriamente a preposição **“de”** antes de seu objeto.

Questão 4

No primeiro parágrafo, o autor utiliza travessões e aspas em diversos momentos. Analise a pontuação no seguinte excerto: **“...alguns cientistas começaram a desenvolver estudos sobre um ramo da ciência da computação, hoje assunto dos mais discutidos, a Inteligência Artificial (IA).”** Se o trecho **“hoje assunto dos mais discutidos”** fosse isolado por travessões em vez de vírgulas, a correção gramatical e o sentido seriam:

- (A) Prejudicados, pois travessões só podem ser usados para falas de personagens.
- (B) Alterados, transformando o aposto explicativo em uma oração coordenada adversativa.
- (C) Mantidos, mas apenas se o primeiro travessão fosse substituído por um ponto e vírgula.
- (D) Mantidos, uma vez que o travessão duplo pode substituir a vírgula para dar ênfase a explicações intercaladas.
- (E) Prejudicados, pois o travessão exigiria que o verbo **“ser”** estivesse explicitamente escrito no trecho.

Questão 5

Sobre os sinais de pontuação empregados no texto, avalie as seguintes afirmações.

- I. No trecho **“...aí o indivíduo, e não a máquina, funciona melhor...”**, as vírgulas isolam uma expressão de natureza explicativa ou retificativa.
- II. Em **“...os quais são passos definidos e exatos para a execução de uma tarefa, como seguirmos uma receita de bolo, por exemplo.”**, o uso da vírgula antes de **“por exemplo”** é obrigatório por se tratar de uma expressão explicativa curta ao final da frase.
- III. Os dois-pontos utilizados em **“...na escolha de um pacote de turismo: quem garante a melhor opção:”** introduzem um esclarecimento ou o detalhamento de uma situação hipotética.
- IV. No primeiro parágrafo, as vírgulas que isolam **“hoje assunto dos mais discutidos”** poderiam ser substituídas por parênteses sem prejuízo à correção gramatical.

Estão corretas:

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

Questão 6

Considere as regras de colocação pronominal da norma culta aplicadas aos trechos do texto.

- I. Em "...é preciso que **se ponha** em pauta...", a próclise é motivada pela presença da conjunção subordinativa "que".
- II. No trecho "...**salientando-se** que assim **se pode** evitar...", a ênclise em "salientando-se" justifica-se pelo início da oração, e a próclise em "se pode" é atraída pelo advérbio "assim".
- III. No segmento "...as sociedades **se beneficiam**...", a próclise é facultativa, pois o sujeito é um substantivo e não há palavra atrativa.
- IV. Se o trecho "...**não se pode** esquecer..." fosse alterado para "não pode-se esquecer", a correção gramatical seria mantida.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e IV, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

Questão 7

Análise as propostas de substituição para as palavras extraídas do texto.

- I. O termo "**intuito**" ("O artigo tem como intuito...") pode ser substituído por "escopo" ou "propósito".
- II. O vocábulo "**errôneas**" ("...evitar errôneas definições...") possui como sinônimo adequado a palavra "equivocadas".
- III. O adjetivo "**assombroso**" ("...cujo montante na internet é assombroso.") pode ser substituído por "exíguo" sem alterar o sentido do texto.
- IV. A palavra "**mune**" ("...a Inteligência Artificial se mune...") tem o sentido de "equipara-se" ou "iguala-se" no contexto apresentado.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

As questões 08 a 10 referem-se ao texto abaixo.

Naquele tempo, costumávamos ver nossa avó falar sozinha, pedir coisas estranhas como que alguém – que não víamos – se afastasse de Carmelita, a tia que não havíamos conhecido. Pedia que o mesmo fantasma que habitava suas lembranças e afastasse das meninas. Era uma profusão de falas desconexas. Falava sobre pessoas que não víamos – os espíritos – ou outras pessoas sobre as quais quase nunca ouvíamos, parentes e comadres distantes. Nos habituamos a ouvir Donana falando pela casa, falar na porta da rua, no caminho para roça, falar no quintal, como se conversasse com as galinhas ou com as árvores secas. Eu e Belonísia nos olhávamos, ríamos sem alarde, e nos aproximávamos sem que percebesse. Fingíamos brincar com algo por perto só para escutar e, depois, com as bonecas, com os bichos e as plantas repetirmos o que Donana havia dito como coisa séria. Repetíamos o que minha mãe dizia baixo para o pai na cozinha. “Hoje ela está falando muito, a cada dia fala mais sozinha.” O pai relutava em admitir que minha avó estava com sinais de demência, dizia que a vida toda a mãe havia falado consigo mesma, a vida toda havia repetido rezas e encantos com a mesma distração com que revirava os pensamentos.

Naquele dia, escutamos a voz de Donana se afastar no espaço, em meio ao cacarejo e aos cantos das aves. Era como se as rezas e sentenças que proferia, e que muitas vezes não faziam sentido para nós, estivessem sendo carregadas para longe, carregadas pelo sopro de nossas respirações ansiosas pela transgressão que estávamos prestes a cometer. Belonísia se enfiou debaixo da cama e puxou a mala. O couro de caititu que cobria as imperfeições do chão de terra se encolheu sob seu corpo. Abri a mala sozinha, sob nossos olhos luminosos. Levantei algumas peças de roupa antigas, surradas, e de outras que ainda guardavam as cores vivas que a luz do dia seco irradiava, luz que nunca sobre descrever de forma exata. E no meio das roupas mal dobradas e arrumadas havia um tecido sujo envolto no objeto que nos chamou atenção, como se fosse a joia preciosa que nossa avó guardava com todo o seu segredo. Fui eu quem desatou o nó, atenta à voz de Donana que ainda estava distante. Vi os olhos de Belonísia cintilarem com o brilho do que descobríamos como se fosse um presente novo, forjado de um metal recém-tirado da terra. Levantei a faca, que não era grande nem pequena diante de nossos olhos, e minha irmã pediu para pegar. Não deixei, eu veria primeiro. Cheirei e não tinha o odor rançoso dos guardados de minha avó, não tinha machas nem arranhões. Minha reação naquele pequeno intervalo de tempo era explorar ao máximo o segredo e não deixar passar a oportunidade de descobrir a serventia da coisa que resplandecia em minhas mãos. Vi parte de meu rosto refletido como num espelho, assim como vi o rosto de minha irmã, mais distante. Belonísia tentou tirar a faca de minha mão e eu recuei. “Me deixa pegar, Bibiana.” “Espere.” Foi quando coloquei o metal na boca, tamanha era vontade de sentir seu gosto, e, quase ao mesmo tempo, a faca foi retirada de forma violenta. Meus olhos ficaram perplexos, vidrados nos de Belonísia, que agora também levava o metal à boca. Junto com o sabor de metal que ficou em meu paladar se juntou o gosto do sangue quente, que escorria pelo canto de minha boca semiaberta, e passou a gotejar pelo meu queixo. O sangue se pôs a embotar de novo o tecido encardido e de

nódoas escuras que recobria a faca. Belonísia também retirou a faca da boca, mas levou a mão até ela como se quisesse segurar algo. Seus lábios ficaram tingidos de vermelho, não sabia se tinha sido a emoção de sentir a prata, ou se, assim como eu, tinha se ferido, porque dela também escorria sangue. Tentei engolir o que podia, minha irmã também esfregava rápido a mão na boca com os olhos marejados e apertados, tentando afastar a dor. Ouvi os passos lentos de minha avó chamando Bibiana, chamando Zezé, Domingas, Belonísia. "Bibiana, não está vendo as batatas queimando?" Havia um cheiro de batata queimada, mas tinha também o cheiro do metal, o cheiro do sangue que ensopava minha roupa e a de Belonísia.

Quando Donana levantou a cortina que separava o cômodo em que dormia da cozinha, eu já havia retirado a faca do chão e embrulhado de qualquer jeito no tecido empapado mas não havia conseguido empurrar de volta a mala de couro para debaixo da cama. Vi o olhar assombrado de minha avó, que desabou sua mão grossa na minha cabeça e na de Belonísia. Ouvi Donana perguntar o que estávamos fazendo ali, porque sua mala estava fora do lugar e que sangue era aquele. "Falem", disse, nos ameaçando arrancar a língua, que estava, mal ela sabia, em uma das nossas mãos.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto Arado**. São Paulo: Editora Todavia, 2019, p. 13-16).

Questão 8

No trecho "Era como se as rezas e sentenças que proferia [...] estivessem sendo carregadas para longe, carregadas pelo sopro de nossas respirações ansiosas pela transgressão que estávamos prestes a cometer", a palavra "transgressão" refere-se a:

- (A) Ao ato de Belonísia e Bibiana entrarem no quarto da avó sem permissão.
- (B) À decisão das irmãs de desobedecerem à avó e queimarem as batatas na cozinha.
- (C) Ao fato de mexerem em um objeto proibido e escondido dentro da mala de Donana.
- (D) À violência física que sofreriam de Donana ao serem descobertas no quarto.
- (E) À herança espiritual deixada pela avó, que as netas tentavam acessar por meio das rezas mencionadas.

Questão 9

A narrativa utiliza diversas sensações para construir a cena do acidente com a faca. Qual recurso sensorial é predominante quando as personagens colocam o objeto na boca?

- (A) Olfativo, destacando o cheiro de "batata queimada" que invadia a casa.
- (B) Gustativo, evidenciado pela mistura do "sabor de metal" com o "gosto do sangue quente".
- (C) Visual, focado exclusivamente no brilho da faca que "resplandecia" nas mãos de Bibiana.
- (D) Auditivo, enfatizando os "passos lentos" de Donana se aproximando do cômodo.
- (E) Tátil, caracterizado pela percepção do "fio cortante" e da "textura gelida" do objeto em contato com a língua.

Questão 10

No último parágrafo, a narradora afirma: "'Falem', disse, nos ameaçando arrancar a língua, que estava, mal ela sabia, em uma das nossas mãos." O efeito de sentido produzido pelo final dessa frase é de:

- (A) Hipérbole, para enfatizar o medo que as netas sentiam da punição da avó.
- (B) Ironia e tragédia, pois a ameaça da avó coincidia literalmente com o acidente ocorrido.
- (C) Metáfora, sugerindo que as meninas perderam o direito de falar por causa do segredo.
- (D) Aliteração, focada na repetição de sons para demonstrar a confusão do momento.
- (E) Ambiguidade linguística, pois a palavra "língua" refere-se simultaneamente ao idioma falado e ao órgão físico guardado na mala.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 11

A Ordem Social prevista na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 tem como base:

- (A) O primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.
- (B) O primado do trabalho, e como objetivo a extensão da assistência social a todos.
- (C) O primado do interesse privado e como objetivo, a função social do trabalho.
- (D) O primado do interesse público e como objetivo, a liberdade econômica controlada pelo Estado.
- (E) O primado do interesse público a como objetivo, a universalidade da previdência social.

Questão 12

Não são Funções Essenciais à Justiça, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

- (A) O Ministério Público e a Advocacia Privada.
- (B) Tribunal de Contas e Defensoria Pública.
- (C) Advocacia Pública e Advocacia Privada.
- (D) Advocacia Pública e Defensoria Pública.
- (E) Defensoria Pública e o Ministério Público.

Questão 13

A respeito da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, marque a opção correta:

- (A) Trata-se de uma constituição outorgada e protetiva dos direitos fundamentais sociais.
- (B) Trata-se de uma constituição promulgada e que não tutela direitos fundamentais individuais.
- (C) Trata-se de uma constituição outorgada e que tutela dos direitos fundamentais sociais.
- (D) Trata-se de uma constituição rígida e que não tutela direitos fundamentais.
- (E) Trata-se de uma constituição promulgada e rígida.

Questão 14

Marque a opção que não contém Direitos Fundamentais Sociais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- (A) Proteção à maternidade e à infância.
- (B) Moradia e lazer.
- (C) Alimentação e trabalho.
- (D) Alimentação e Educação.
- (E) Liberdade religiosa.

Questão 15

São Princípios da Ordem Econômica expressos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

- (A) Função social da propriedade e prevalência do interesse público.
- (B) Livre concorrência, direito do consumidor e soberania nacional.
- (C) Função social da propriedade e prevalência do interesse privado.
- (D) Redução das desigualdades nacionais e busca do pleno emprego aos jovens e idosos ainda em condições de trabalho.
- (E) Redução das desigualdades locais e autorização prévia para o exercício de qualquer atividade econômica.

Questão 16

O controle de constitucionalidade exercido pelo Supremo Tribunal Federal permite, nos casos de Ação Direta de Inconstitucionalidade:

- (A) Modulação temporal dos efeitos da decisão, como regra.
- (B) Efeito inter partes, como regra.
- (C) O deferimento monocrático de medida cautelar, como regra.
- (D) Modulação temporal dos efeitos da decisão, como exceção.
- (E) Efeito erga omnes, como exceção.

Questão 17

Considerando a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- (A) Zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.
- (B) Legislar sobre comércio exterior e interestadual.
- (C) Legislar sobre trânsito e transporte.
- (D) Manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais.
- (E) Legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.

Questão 18

Marque a opção incorreta a respeito da Nacionalidade no Brasil:

- (A) São brasileiros natos, os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estejam a serviço de seu país.
- (B) São brasileiros natos, os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- (C) São brasileiros natos, os nascidos no estrangeiro, de mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- (D) São naturalizados, os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- (E) São exclusivos de brasileiros natos, os cargos de Presidente da Câmara dos Deputados.

Questão 19

No Brasil, o Poder Constituinte Derivado pode:

- (A) Aprovar Emendas Constitucionais sem qualquer restrição temática.
- (B) Aprovar Emendas Constitucionais sem necessidade de sanção presidencial.
- (C) Aprovar Emendas Constitucionais para sanção presidencial e publicação em seguida.
- (D) Aprovar Emendas Constitucionais apenas nos temas das cláusulas pétreas.
- (E) Aprovar Emendas Constitucionais apenas de iniciativa do Congresso Nacional.

Questão 20

Políticas Públicas Antidiscriminatórias têm fundamento na Constituição da República Federativa do Brasil?

- (A) Sim, como, por exemplo, nos casos de racismo, pois todos os demais são interpretações judiciais, não havendo fundamento constitucional originário.
- (B) Sim, como, por exemplo, nos casos de racismo, gênero e povos indígenas.
- (C) Sim, como, por exemplo, nos casos de racismo e gênero, pois todos os demais são interpretações judiciais, não havendo fundamento constitucional originário.
- (D) Não, pois todas derivam da interpretação da Dignidade da Pessoa Humana e não dispositivos textuais próprios da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- (E) Não, pois tais Políticas tem previsão infraconstitucional, de leis mais recentes no Brasil.

DIREITO ADMINISTRATIVO

O acesso aos cargos e empregos públicos por meio de concurso público constitui importante instrumento de concretização dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da Constituição Federal. Nesse contexto, o Supremo Tribunal Federal tem desempenhado papel fundamental na definição dos limites e das garantias aplicáveis aos certames, especialmente no que se refere à exigência de exames psicotécnicos, cláusulas restritivas em editais, direito à nomeação, cláusula de barreira e remarcação de testes físicos em situações excepcionais.

Questão 21

Considerando a necessidade e utilidade pública, bem como o interesse social, é possível a desapropriação pelo Estado. Dessa forma, de acordo com o disposto no art. 5º do Decreto-Lei Nº 3.365/41, indique a opção que **INCORRETA**:

- (A) A assistência pública, serviços de higiene e embelezamento, instituições de saúde, clínicas, estações climáticas e fontes medicinais.
- (B) A criação, manutenção e aprimoramento de vias ou logradouros públicos; implementação de planos de urbanização; divisão do solo, com ou sem construção, para otimizar sua utilização econômica, higiênica ou estética; construção ou expansão de distritos industriais.
- (C) A preservação e conservação de monumentos históricos e artísticos, sejam eles isolados ou parte de conjuntos urbanos ou rurais, além das ações necessárias para manter e realçar seus aspectos mais valiosos ou característicos, bem como a proteção de paisagens e locais especialmente dotados pela natureza.
- (D) A preservação e a conservação apropriada de arquivos, documentos e outros itens móveis de valor histórico ou artístico são essenciais.
- (E) A construção de centros de detenção e o fornecimento de recursos para a subsistência.

Questão 22

Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito de concursos públicos, indique a opção correta.

- (A) A exigência de exame psicotécnico em concurso não depende de previsão legal, a não ser que esteja explicitada no edital, e deve obedecer a critérios objetivos.
- (B) A abertura de um novo concurso para o mesmo cargo, enquanto o anterior ainda estiver válido, garante automaticamente o direito à nomeação dos candidatos aprovados além das vagas estipuladas no edital.
- (C) Não é legítima a cláusula em edital de concurso público que limita a participação de candidato apenas por estar respondendo a inquérito ou ação penal, se não houver previsão adequada na Constituição e instituição por lei.
- (D) É inconstitucional a exigência prevista no edital de concurso público, conhecida como cláusula de barreira, que visa selecionar somente os que visa permitir a continuidade no certame apenas dos candidatos mais bem classificados.
- (E) A remarcação do teste de aptidão física para uma candidata grávida na data de sua realização é constitucional, desde que haja uma previsão expressa no edital do concurso público.

Questão 23

Acerca das disposições constitucionais sobre as responsabilidades do Tribunal de Contas da União (TCU), quando se identificam irregularidades em um contrato administrativo celebrado pela Administração Pública, é correto afirmar que:

- (A) o Tribunal deverá suspender o contrato e investigar as responsabilidades envolvidas.
- (B) o Tribunal será responsável por decidir sobre a anulação do contrato administrativo e investigar as responsabilidades envolvidas.
- (C) o Tribunal deverá suspender imediatamente a execução do contrato e informar o Congresso Nacional sobre a decisão.
- (D) o Tribunal estabelecerá um prazo para que o Poder Executivo tome as medidas necessárias para garantir a aplicação correta da lei.
- (E) o Congresso Nacional deverá cancelar o contrato e solicitar imediatamente ao Poder Executivo as providências necessárias.

Questão 24

No que tange à responsabilidade civil da administração pública, pode-se dizer que será:

- (A) objetiva, baseada no risco integral, sendo necessário comprovar apenas o resultado (dano).
- (B) objetiva, baseada no risco integral, sendo necessário comprovar a ação, o resultado (dano) e o nexo de causalidade.
- (C) subjetiva.
- (D) objetiva, baseada no risco administrativo, sendo necessário comprovar apenas a ação e o resultado (dano).
- (E) objetiva, baseada no risco administrativo, sendo necessário comprovar a ação, o resultado (dano) e a relação de causa e efeito.

Questão 25

No exercício do controle externo, o Tribunal de Contas da União (TCU) analisou o ato de concessão inicial de aposentadoria de um servidor público federal. O TCU constatou que o benefício foi concedido em desacordo com as regras legais em vigor, especialmente no que diz respeito ao tempo de contribuição necessário. A decisão foi tomada três anos depois de a aposentadoria ter sido concedida. O TCU negou o registro do ato devido à irregularidade identificada e ordenou à Administração que tomasse as medidas necessárias para corrigi-lo. Com base no caso hipotético apresentado, na legislação e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), indique a alternativa correta.

- (A) O TCU pode anular o ato de aposentadoria e, se aplicável, impor uma sanção penal ao servidor beneficiado.
- (B) A decisão do TCU, que analisou a legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, deve garantir ao servidor o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- (C) A decisão do TCU é ilegítima, pois a Constituição não prevê que o Tribunal tenha controle sobre a concessão de aposentadorias a agentes públicos.
- (D) A competência do TCU para avaliar a legalidade de aposentadorias restringe-se aos ocupantes de cargos em comissão, excluindo os agentes que ingressaram por meio de concurso público.
- (E) O prazo decadencial para o TCU avaliar a legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria começa com a chegada do processo à Corte de Contas, e não com a data em que a aposentadoria foi concedida.

Questão 26

No que tange ao regime de direito público no Estado da Bahia, a Lei Estadual n.º 12.209/2011 estabelece normas para o processo administrativo tanto na Administração Direta quanto nas entidades da Administração Indireta. Conforme a legislação vigente, quando um processo administrativo abrange assunto de repercussão geral ou interesse público significativo, o órgão competente pode, por meio de despacho fundamentado, promover consulta pública para receber manifestações de terceiros antes da decisão final. O resultado dessa consulta será incorporado à instrução do processo. Nesse contexto, é **INCORRETO** dizer que:

- (A) A participação na consulta pública concede ao terceiro o status de interessado no processo, além de assegurar o direito de receber uma resposta fundamentada da Administração.
- (B) A realização de uma audiência pública para discutir o assunto do processo poderá ser uma consequência da consulta pública.
- (C) As atividades da audiência pública serão documentadas e anexadas aos autos do processo.
- (D) caberá à autoridade que presidir a audiência pública escolher os indivíduos que serão ouvidos, divulgar a lista dos habilitados, estabelecendo a sequência dos trabalhos e estipulando o tempo que cada um terá para se manifestar.
- (E) A consulta pública será divulgada por meio dos canais oficiais, permitindo que terceiros tenham acesso ao processo na repartição. Além disso, será estabelecido um prazo para a apresentação de manifestações escritas.

Questão 27

De acordo com o Estatuto do Servidor Público do Estado da Bahia, analise as seguintes declarações.

I. A reintegração ocorre quando um aposentado por invalidez retorna ao trabalho, após a junta médica oficial declarar que os motivos que levaram à aposentadoria não existem mais.

II. Recondição é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado, sem direito à indenização, dentro da mesma carreira, em razão da reintegração do ocupante anterior.

III. Readaptação é a concessão de novas responsabilidades ao servidor, compatíveis com a limitação que ele tenha apresentado em sua capacidade física ou mental, atestada por junta médica oficial, assegurando a remuneração do cargo que ocupa.

IV. A remoção refere-se à elevação do servidor que ocupa um cargo de provimento permanente, dentro da categoria funcional a que pertence, com base nos critérios de merecimento e antiguidade.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) II, apenas.

Questão 28

A Constituição Federal determina requisitos fundamentais para a entrada em cargos e empregos públicos, assegurando princípios como impessoalidade, igualdade de condições e acesso com base em critérios objetivos estabelecidos em lei. Com base na legislação pertinente aos concursos públicos, indique a alternativa que expõe uma exigência constitucional para a ocupação de cargo público.

- (A) Comprovação de experiência mínima em área relacionada ao cargo.
- (B) A avaliação psicológica é feita após o término do estágio probatório.
- (C) Engajamento anterior em programa de formação interna da administração.
- (D) Aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- (E) Certificação profissional obrigatória emitida por uma entidade representativa.

Questão 29

Uma entidade pretende comprar um imóvel cuja localização e características das instalações tornam imprescindível a sua opção. Quando a competição não é viável a licitação:

- (A) deve ser determinada pelo desconto mais alto.
- (B) deve ser realizada por meio de diálogo competitivo.
- (C) deve ser realizada por meio de leilão.
- (D) é inexigível.
- (E) é indispensável.

Questão 30

Um agente público, de maneira deliberada, não seguiu uma norma relacionada à auditoria de contas de parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações privadas. Nesse cenário, de acordo com a Lei n.º 8.429/1992, o servidor público:

- (A) não praticou ato de improbidade administrativa, pois agiu apenas por omissão.
- (B) praticou um ato de improbidade administrativa que viola os princípios da administração pública.
- (C) não praticou ato de improbidade administrativa, uma vez que sua conduta não se encaixa em nenhuma das situações expressamente previstas na lei.
- (D) praticou ato de improbidade administrativa que resultou em danos ao erário.
- (E) praticou ato de improbidade administrativa que resulta em enriquecimento ilícito.

DIREITO TRIBUTÁRIO**Questão 31**

Uma empresa incorporadora assume integralmente o patrimônio de outra sociedade que possuía débitos tributários já constituídos e não pagos. Considerando o regime do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade depende de decisão judicial prévia.
- (B) A empresa não responde pelos débitos anteriores à incorporação.
- (C) A responsabilidade é pessoal dos antigos sócios.
- (D) A empresa incorporadora responde pelos débitos tributários anteriores.
- (E) A responsabilidade exige dolo ou fraude comprovada.

Questão 32

Em uma execução fiscal regularmente proposta, o processo permanece paralisado por vários anos por ausência de bens penhoráveis, sem manifestação do Fisco.

Considerando o regime jurídico tributário, assinale a alternativa correta.

- (A) A prescrição não ocorre após o ajuizamento da execução.
- (B) A prescrição pode ocorrer no curso da execução fiscal.
- (C) A prescrição depende de pagamento parcial do débito.
- (D) O crédito permanece exigível indefinidamente.
- (E) A prescrição só pode ser reconhecida por iniciativa do Fisco.

Questão 33

A responsabilidade tributária pode atingir terceiros, independentemente de terem praticado diretamente o fato gerador, conforme hipóteses previstas em lei. Sobre responsabilidade tributária, analise as afirmativas.

- I. Pode ocorrer responsabilidade por sucessão em caso de transferência de patrimônio.
- II. A responsabilidade tributária pode alcançar terceiros previstos em lei.
- III. A responsabilidade solidária pode existir entre sujeitos passivos.
- IV. A responsabilidade tributária exige, necessariamente, a presença de dolo do responsável.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

Questão 34

No estudo das limitações ao poder de tributar, é essencial distinguir imunidade, isenção e não incidência, institutos que, embora relacionados, possuem fundamentos e efeitos distintos. Assinale a alternativa correta.

- (A) A imunidade decorre de lei infraconstitucional e pode ser revogada a qualquer tempo.
- (B) A isenção elimina a competência tributária do ente federativo.
- (C) A não incidência pode decorrer da ausência de previsão normativa para determinado fato.
- (D) A imunidade e a isenção possuem a mesma natureza jurídica.
- (E) A isenção impede a ocorrência do fato gerador.

Questão 35

A substituição tributária representa técnica de arrecadação amplamente utilizada no sistema tributário brasileiro, especialmente em tributos indiretos, visando facilitar a fiscalização e a eficiência da cobrança. Sobre esse instituto, analise as afirmativas.

- I. A substituição tributária depende de previsão legal para sua validade.
- II. A substituição tributária atribui a terceiro a responsabilidade pelo recolhimento de tributo cujo fato gerador é praticado por outro sujeito.
- III. A substituição tributária admite restituição caso não se realize o fato gerador presumido.
- IV. A substituição tributária elimina a ocorrência do fato gerador tributário.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

Questão 36

A capacidade tributária ativa refere-se à aptidão para exigir o cumprimento da obrigação tributária, distinguindo-se da competência tributária. Considerando essa distinção, assinale a alternativa correta.

- (A) A capacidade tributária ativa corresponde à aptidão para instituir tributos.
- (B) A capacidade tributária ativa pode ser delegada a outra pessoa jurídica de direito público.
- (C) A competência tributária pode ser delegada por convênio administrativo.
- (D) A capacidade tributária ativa depende de previsão constitucional expressa.
- (E) A capacidade tributária ativa impede a atuação de terceiros na arrecadação.

Questão 37

No sistema constitucional tributário brasileiro, as limitações ao poder de tributar representam instrumentos fundamentais de proteção do contribuinte e de contenção do arbítrio estatal, estabelecendo balizas jurídicas para a atuação dos entes federativos. Sobre esse tema, analise as afirmativas.

- I. A imunidade tributária possui natureza constitucional e atua como limitação material à competência tributária dos entes federativos.
- II. O princípio da anterioridade, em uma de suas acepções, impede a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que foram instituídos, ressalvadas hipóteses expressamente previstas na Constituição.
- III. O princípio da legalidade tributária admite a instituição de tributos por meio de atos normativos infralegais, desde que exista previsão genérica em lei autorizando tal ato.
- IV. O princípio da vedação ao efeito confiscatório impede que a tributação seja utilizada como mecanismo de esvaziamento patrimonial do contribuinte.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

Questão 38

No âmbito do Código Tributário Nacional, a distinção entre obrigação principal e obrigação acessória é fundamental para a compreensão da dinâmica da relação tributária.

Assinale a alternativa correta.

- (A) A obrigação acessória não se converte em principal em nenhuma hipótese.
- (B) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade.
- (C) A obrigação acessória depende de lançamento para existir.
- (D) A obrigação principal surge com a inscrição em dívida ativa.
- (E) A obrigação acessória não possui caráter coercitivo.

Questão 39

Uma empresa possui débito tributário parcelado regularmente e pretende participar de licitação pública que exige regularidade fiscal. Considerando o regime jurídico das certidões, assinale a alternativa correta.

- (A) A empresa possui débito e não pode obter qualquer certidão.
- (B) A empresa pode obter certidão negativa plena.
- (C) A empresa pode obter certidão positiva com efeitos de negativa.
- (D) A empresa depende de decisão judicial para comprovar regularidade.
- (E) O parcelamento extingue o crédito tributário.

Questão 40

A Constituição Federal estabelece a repartição das competências tributárias entre os entes federativos, conferindo a cada um deles o poder de instituir tributos dentro de limites previamente definidos. Sobre competência tributária, analise as afirmativas.

- I. A competência tributária é indelegável, não podendo ser transferida entre entes federativos.
- II. A competência tributária pode ser renunciada por meio de lei complementar.
- III. A competência tributária decorre diretamente da Constituição Federal.
- IV. A competência tributária pode ser exercida cumulativamente por mais de um ente sobre o mesmo fato gerador, desde que haja previsão legal.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

ACESSO À JUSTIÇA

Questão 41

Sobre as Normas Processuais e sua aplicação no espaço, no tempo e em outras áreas do direito processual, marque a opção correta.

- (A) A jurisdição civil é utilizada com exclusividade com as normas processuais brasileiras.
- (B) A lei norma processual, ao contrário da norma material, poderá retroagir no processo civil.
- (C) Na ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos, as disposições deste Código lhes serão aplicadas supletiva e subsidiariamente.
- (D) A norma processual deve ser interpretada sempre com o uso da analogia.
- (E) Os atos processuais já praticados deverão se refeitos, se a norma processual nova mudar a sua forma jurídica.

Questão 42

A respeito das Normas Fundamentais do Processo Civil, assinale a opção correta.

- (A) As partes têm o direito de obter a tutela satisfativa em razoável tempo de duração, mas igual direito não se aplica a fase de conhecimento, pelas atipicidades de cada caso.
- (B) A boa-fé é dever das partes e do juiz, mas não de terceiros e do Ministério Público.
- (C) O dever de cooperação não vale para todos os sujeitos do processo.
- (D) Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, podendo, inclusive, se utilizar da equidade, em qualquer caso.
- (E) Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.

Questão 43

Sobre o recurso de apelação no Código de Processo Civil, marque a opção correta:

- (A) A apelação tem como regra efeito devolutivo, podendo o vencedor iniciar o cumprimento de sentença.
- (B) A apelação tem como regra efeito devolutivo e suspensivo, salvo os casos legalmente previstos, quando haverá apenas efeito devolutivo.
- (C) A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento de todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que não impugnadas nas razões recursais.
- (D) A apelação permite, como regra, o início da execução provisória, na forma da lei.
- (E) A apelação é interposta e julgada diretamente pelo tribunal.

Questão 44

A respeito da ordem cronológica dos julgamentos no processo civil brasileiro afirma-se juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão. Marque abaixo a opção **INCORRETA**, sobre afirmação e a previsão normativa contida no Código de Processo Civil.

- (A) Sentenças proferidas em audiência, homologatórias de acordo ou de improcedência liminar do pedido estão excluídas de tal regra afirmada no enunciado.
- (B) O julgamento de recursos repetitivos ou de incidente de resolução de demandas repetitivas estão excluídas de tal regra afirmada no enunciado.
- (C) As preferências legais e as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça estão excluídas de tal regra afirmada no enunciado.
- (D) O julgamento de processos em bloco para aplicação de tese jurídica firmada em julgamento de casos repetitivos não está excluído de tal regra afirmada no enunciado.
- (E) O julgamento de embargos de declaração está excluído de tal regra afirmada no enunciado.

Questão 45

São condições da ação, de acordo com o Código de Processo Civil:

- (A) Interesse e legitimidade.
- (B) Interesse, legitimidade e preparo.
- (C) Interesse, legitimidade e capacidade postulatória.
- (D) Interesse, legitimidade e comprovação de tentativa de solução consensual.
- (E) Interesse, legitimidade e procedimento específico.

Questão 46

Considerando a Lei Estadual nº 14.783 de 09 de outubro de 2024 que institui a Política de Consensualidade no âmbito do Estado da Bahia e dá outras providências, é correto afirmar que:

- (A) Autocomposição é qualquer procedimento que objetive a prevenção ou a resolução de um conflito, no todo ou em parte e desde que iniciado pela Administração Pública.
- (B) É permitida a autocomposição quando se tratar de litígio que somente possa ser resolvido por atos ou concessões de direitos que dependam de autorização do Poder Legislativo.
- (C) A mediação é a atividade técnica exercida por terceiro imparcial, sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e as estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia.
- (D) Os casos de transação resolutive de litígios relativos à cobrança de créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária inscritos em dívida ativa deverão ser tratados exclusivamente por conciliação.
- (E) É permitida a autocomposição por mediação, mesmo nos casos que envolvam pretensão contrária à jurisprudência consolidada pelos Tribunais Superiores.

Questão 47

No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente. Tal afirmação é:

- (A) Incorreta, pois viola a coisa julgada material.
- (B) Incorreta, pois dependerá sempre de requerimento de interessado.
- (C) Correta, na forma da lei processual em vigor.
- (D) Correta, desde que prevista no dispositivo da sentença condenatória.
- (E) Correta, desde que haja a participação do Ministério Público.

Questão 48

A tutela provisória no processo civil brasileiro:

- (A) Foi mantida apenas na sua forma de antecipação da tutela, pois a tutela cautelar não foi prevista no Código de Processo Civil atual.
- (B) Tem previsão normativa que envolve a tutela de urgência e a tutela de evidência.
- (C) Dependerá sempre da existência de perigo de dano, pois, do contrário, deve-se respeitar o tempo do processo.
- (D) Dependerá sempre da existência de risco ao resultado útil do processo, pois, do contrário, deve-se respeitar o tempo do processo.
- (E) Dependerá sempre da anuência do Ministério Público, principalmente nos casos que envolvam a Administração Pública em Juízo.

Questão 49

O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos. Tal afirmação expressa do Código de Processo Civil significa que:

- (A) O Estado poderá, mesmo contra a vontade de, ao menos uma das partes, determinar o acordo nos casos de direitos disponíveis.
- (B) O Estado poderá, em qualquer fase do processo ou grau de jurisdição, incentivar o uso de métodos que busquem a solução consensual dos conflitos, mesmo em fase de cumprimento de sentença.
- (C) O Estado não poderá incentivar o uso de métodos que busquem a solução consensual dos conflitos na fase de cumprimento de sentença ou processos de execução.
- (D) O Estado tem responsabilidade exclusiva para o incentivo da solução consensual dos conflitos.
- (E) O Estado não poderá homologar acordos de autocomposição que envolvam a Administração Pública em juízo.

Questão 50

Não se considera litigante de má-fé aquele que:

- (A) Deduz pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso.
- (B) Altera a verdade dos fatos.
- (C) Usa do processo para conseguir objetivo ilegal.
- (D) Opõe resistência injustificada ao andamento do processo.
- (E) Fórmula requerimento de solução consensual em sede de processo de execução de título extrajudicial, com ou sem garantia do juízo.

PROVA DE REDAÇÃO

A dignidade da pessoa humana é um conceito subjetivo e um fundamento da República, tratando-se da própria autodeterminação do indivíduo dentro da sociedade em ter respeitados os seus direitos fundamentais a uma vida digna, sendo que todos os atos sob a égide da lei brasileira devem respeitar esse fundamento. Por exemplo, os contratos devem respeitar o princípio da dignidade humana, sob pena de nulidade de qualquer cláusula ou, até mesmo, do próprio contrato, gerando sempre o direito de pleitear indenização, por meio do Poder Judiciário (acesso à justiça), àquele que se sentir prejudicado. Em sede de direito penal, um bom exemplo é o fato de a Constituição Federal proibir ao Estado punir um indivíduo com pena em caráter perpétuo, haja vista que esse tipo de sanção, se aplicável, também feriria o princípio da dignidade da pessoa humana.

CASTRO, Marcos A. Chaves de. & MEMÓRIA, Leonardo M. **O princípio do acesso à justiça social e o devido processo legal**. Disponível em: <file:///D:/Pessoal%202026/Concurso/Novas/160-Texto%20do%20artigo-243-1-10-20181210.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2026.

Considerando o fragmento de texto apresentado, que destaca a transversalidade do princípio da dignidade da pessoa humana e sua projeção nos diferentes ramos do ordenamento jurídico, redija um texto dissertativo-argumentativo, com mínimo 30 linhas e máximo 40 linhas, sobre o seguinte tema:

“EM UM ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, NENHUMA LEI GANHA LEGITIMIDADE E NENHUM CONTRATO SE SUSTENTA SE NELES FOR SACRIFICADA A DIGNIDADE DO INDIVÍDUO.”

Em seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

1. A natureza jurídica e a eficácia do princípio da dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil.
2. A constitucionalização do Direito Civil: analise a aplicação desse princípio nas relações contratuais e a garantia do acesso à justiça.
3. Os limites ao poder punitivo do Estado (*ius puniendi*): explique a vedação às penas de caráter perpétuo sob a ótica humanitária e ressocializadora da pena.

RASCUNHO PARA PROVA DE REDAÇÃO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40